

O Pensamento Filosófico de J.M. Keynes, das convicções éticas ao realismo político

Mario Gomez Olivares, Universidad de Lisboa

m.g.olivares@sapo.pt

Recibido: 15 de mayo de 2015

Aceptado: 30 de agosto de 2015

Resumen: A percepção que Keynes tinha sobre o seu trabalho intelectual, sobretudo da publicação das suas investigações económicas, sendo a Teoria Geral a mais célebre e com maior impacto entre elas, é melhor percebido se conhecemos as suas bases filosóficas contruídas na época em que estuda em Cambridge, as considerações éticas e políticas são explicitadas e o seu traço é visível na sua obra, tendo por fundo uma concepção lógica baseada numa teoria de probabilidades construída para refutar as noções académicas que nos suas primíras crenças procura refutar. Neste artigo revisitamos essas crenças pouco conhecidas e reconhecidas como fundamentais para perceber o seu edifício teórico.

Palavras-Chave: Expectativas, ética, fundamentos políticos, probabilidade

Resumen: La percepción de Keynes sobre su propio trabajo intelectual, sobre todo acerca de las publicaciones referentes a sus investigaciones económicas, siendo la Teoría General la más célebre y la de mayor impacto entre ellas, se percibe mejor si se toma en cuenta sus fundamentos filosóficos, contruídos en la época en que estudiaba en Cambridge. En particular, las consideraciones éticas y políticas son explícitas y su traza es visible en su obra, teniendo por fundamento una concepción lógica basada en una teoría de las probabilidades construída para refutar las nociones académicas vigentes. En este artículo revisamos esas creencias poco conocidas y reconocidas como fundamentales para comprender su edificio teórico.

Palabras clave: expectativas, ética, fundamentos políticos, probabilidad

A exposição das ideias ético- políticas é um meio de entender a Teoria Geral como a defesa teórica dessas ideias, em primeiro lugar as convicções éticas, que o demarcam da visão utilitarista dominante na filosofia inglesa e de Cambridge, em segundo lugar, a filosofia que nutre os valores políticos que permitem um distanciamento face ao *laissez faire* reinante, a crítica à filosofia do individualismo e as suas consequências sobre a actividade governativa e, em último lugar, onde se expõe a filosofia social que caracteriza a sua abordagem reformista e moderada (Skidelsky 1988) . O estudo destes pontos conduz, de certo modo, a uma epistemologia que influencia a construção de um modelo económico. A ideia central é de que o entendimento do pensamento político-económico requer necessariamente capturar as ideias filosóficas-éticas e filosófica-políticas, porquanto são estes escritos filosóficos que explicam origem do pensamento político económico de Keynes" and which gives access to the central chamber from which all pieces of the jigsaw can be viewed as a coherent whole" (O' Donnell 1989).

O modelo explicitado por Keynes na Teoria Geral é um modelo sobre o emprego numa economia monetária, este reflecte a preocupação com o carácter do desemprego massivo existente na época, pressupondo que tal fenómeno contém em si a expressão de um conflito social potencial, que anuncia a possibilidade de ebulição política, social e institucional. A construção de uma teoria sobre o emprego não era apenas um exercício teórico-académico, era uma urgência. Os graves problemas sociais, a ascensão do comunismo e do fascismo punham à prova a capacidade da sociedade democrática de gerar consensos e participação que respondessem aos graves problemas que a ordem capitalista gerava. É a experiência do pós-guerra, do regresso ao padrão-ouro, do ressurgir do nacionalismo no solo europeu, que levam Keynes à ordenação de um conjunto de ideias na categoria de prioritárias. Daí que as primeiras sementes para uma teoria monetária do emprego devam procurar-se num conjunto de ideias filosóficas que alimentaram a capacidade de percepção dos fenómenos característicos dos anos de crise e depressão que Keynes viveu.

Las motivaciones éticas e o comportamento práctico en la filosofía ética de Keynes:

As preocupações de Keynes com os problemas éticos transparecem num ensaio filosófico, escrito em 1905, intitulado "Miscelânea Ética". Nesta obra Keynes distingue entre Ética Especulativa e Ética Prática. A Ética Especulativa ocupar-se-ia de alguns temas lógicos ou quase

metafísicos, estabeleceria o uso e significado dos termos fundamentais. Como ponto de partida do seu análise ético especulativo Keynes propõe uma apreciação da noção de 'Bem'. Com este conceito pretende-se elaborar os 'prolegómenos de qualquer ética futura que aspire a ser científica', um catálogo razoável de objectos valiosos e sentimentos honestos entre os quais incluir-se-iam: a natureza da beleza, da tragédia, do amor; a atitude que deve ter o homem perante a verdade.

A Ética Prática, que é aquela que nos interessa analisar e da qual derivam consequências para a sua filosofia e doutrina económica, investigaria o problema das justificações prováveis entre os actos e a conexão entre 'o que é provável' e 'o que é devido' na conduta humana. Investigaria as máximas gerais existentes, tendo em conta a sua estrita relatividade face às circunstâncias particulares. Também indagaria os meios de produzir bons sentimentos e objectos adequados, procuraria resolver problemas tais como, a relação entre o que é público e o que é privado, a natureza e o valor da virtude, a teoria e os métodos da educação, a oportunidade prática e os limites do egoísmo, a teoria e os métodos da política, as excepções às regras, etc.

Keynes discute a relação entre o que é público e o que é privado, confrontando-se nesse domínio com o seu reconhecido mestre de filosofia G. Moore. Para Moore, existia um vínculo possível entre os estados de satisfação e os vínculos afectivos na existência de objectos materiais (coisas belas) e objectos mentais (qualidades intelectuais) que são de contemplação agradável, num quadro que distingue claramente objectivos e meios. Contrariamente, para Keynes, a existência de tais objectos não podia fazer parte do bem ético, pois o bem ético consiste exclusivamente em estados mentais valiosos. Keynes propõe como alternativa uma tese baseada na distinção entre o bem como atributo dos estados mentais e a funcionalidade como atributo dos objectos. Ele afirma que apenas os estados mentais são valiosos; os objectos que inspiram directamente bons sentimentos são funcionais. Por cada bom sentimento, existe um objecto adequado e pode-se dizer que um objecto apropriado é aquele cuja contemplação deve suscitar o estado mental que é mais valioso. Mas o processo de especificação não pode inverter-se; nem todos os sentimentos relativos aos objectos são Bons (embora possam ser adequados). Os sentimentos adequados sempre devem ser os melhores possíveis, dadas as circunstâncias, mas não são, como aponta Skidelsky citando Keynes, por necessidade, absolutamente (Skidelsky 1988)

Keynes divide o universo das entidades relevantes para a ética prática em duas classes: os sentimentos das mentes conscientes e os objectos

mentais, os quais suscitam tais sentimentos. Keynes pretende dizer que se os sentimentos são bons, os objectos não podem sê-lo. Isto tem consequências para a Ética Prática, pois obrigam a definir que tipo de objectos são apropriados aos sentimentos bons, pelo que a Ética Prática deveria criar um universo de tais objectos. É deste modo que Keynes reforça a importância atribuída às crenças autênticas como atributo do seu valor. A verdade é uma condição necessária mas não suficiente dos bons estados mentais. Quanto a mim a ideia de Keynes é mais correcta. Um objecto não pode ser bom, bom é a minha apreciação o que dependerá do meu estado mental. Esse mesmo objecto pode ser mau para um outro sujeito. A afectividade mooreniana apenas pode-se referir ao próprio sujeito. O desemprego não é mau, todo depende do cristal do economista

Um segundo momento de confrontação com Moore surge para Keynes quando quer responder à questão de saber se se deveria melhorar os estados mentais próprios ou o estado mental do universo. Partindo da base de que o Bem ético reside unicamente nos bons estados mentais. De acordo com Moore, apenas a segunda alternativa tinha finalidade ética, pois refutava o egoísmo racional como um fim. Keynes entendia que, tal como não se pode examinar directamente os estados mentais de terceiras pessoas, também não se pode dizer qual é o melhor modo de aumentar o bem do universo no seu conjunto, ele afirma que para aqueles que carecem de fé nas máximas utilitaristas e nas sanções religiosas...a dificuldade principal é de saber se somos cada um de nós um fim é série de pergunta que levanta Keynes, suponhamos que entra em vigor o seguinte decreto: é bom, do ponto de vista dos meios, que eu seja mau. Devo aceitá-lo? Vou optar por ser mau para que alguns, que não conheço nem me importam, vão para o paraíso? Pode acontecer que com a minha obediência, aumente o bem geral e que, portanto, eu faça o bem. Mas é a minha obrigação ser bom ou fazer o bem?.

Isto não quer dizer que Keynes fosse partidário de um ideal individualista estreito e que, se ambos os objectivos entrassem em conflito, a solução desse conflito tivesse uma resposta concludente, colocando a questão em termos próprios.. porque o meu bem e o bem Universal parecem ter direitos sobre mim; direitos que não posso reduzir com facilidade a um denominador comum, nem ponderar devidamente. Sou solidário com o Universo e farei quanto puder por ele, mas devo estar disposto a perder-me por essa causa? No entanto, estava disposto a aceitar duas classes de obrigações impostas pelo Universo, que poderiam estar em contradição com a regra mooreniana, "*preocupa-te com o teu próprio Bem!*". A primeira relacionava-se com a

criação dos objectos desejáveis, nada obrigando a que os objectos apropriados ao desejo fossem bons. A segunda, tinha a ver com o bem do mundo, mesmo que esse ocasionasse o próprio tormento.

Assim, por via indirecta, surge uma nova linha de confrontação com o seu mestre. O bem do mundo está relacionado com o conhecimento causal, que poderá revelar-se inadequado para medir as consequências dos actos dos indivíduos. Keynes argumentou que, relativamente à classe de conhecimentos que possibilitariam um sistema desse tipo, isto é, de perfeita harmonia entre o bem do mundo e os actos adequados, pôr-se-ia o problema de saber quais são os actos adequados para essa finalidade. Visto que nunca poderá saber-se se os actos que produzimos alcançam as consequências e resultados que esperamos, a sua observação leva-o a admitir o conhecimento probabilístico.

Esta confrontação surge com toda a evidência num ensaio publicado posteriormente, "A ética em relação com a conduta". Keynes propõe uma tese com profundidade que virá a desenvolver a fundo no "Treatise on Probability, ele apresenta a ideia que dada a dificuldade intrínseca do cálculo dos efeitos mais longínquos e indirectos dos nossos actos, resulta racional prosseguir o nosso próprio bem imediato, mas isso só se existir uma razoável probabilidade de que os nossos actos aumentem, ou pelo menos que não diminuam, o bem universal. Na medida em que é improvável que possamos estar seguros de tal coisa, na maioria dos casos o melhor que podemos fazer é obedecer às regras da moralidade existente. Moore aceitava o egoísmo como uma doutrina sobre os meios, mas não sobre os fins, restringindo a racionalidade pressuposta no cálculo Benthamiano, pelo que a conduta humana deveria também submeter-se e obedecer às regras geralmente aceites, o que originaria, na maioria dos casos, os melhores resultados possíveis(Skydelski 1988).

Keynes pretendia demonstrar que se pode fazer um juízo racional provável sem possuir o tipo de conhecimento que, segundo Moore, seria imprescindível, de modo a decidir racionalmente quando se possui uma determinada classe de conhecimento, o postulado de indefinição de Moore implica aceitar regras. Este postulado estipula que face a ausência de conhecimento sobre as causas de um fenómeno ou a impossibilidade de o obter deve ser formulada uma regra de orientação não é nada evidente que seja necessária uma prova tal que, para poder emitir juízos sobre a verdade provável, i.e., para que um acto seja racional não é necessário ter fundamentos para acreditar que nenhuma consequências dos nossos actos a acontecer no futuro distante será tal que modifique o signo do saldo do bem que provavelmente produzir-se-á no futuro que possamos vislumbrar.

Segundo a concepção keynesiana, um enunciado probabilístico faz sempre referência à evidência disponível e não pode ser refutado ou confirmado pelos acontecimentos subsequentes. Como os enunciados probabilísticos são enunciados sobre a relevância relativamente às conclusões e não são previsões sobre os resultados, eles devem constituir crenças ou juízos. O'Donnell escreve: "Not that Keynes treated rules with disdain. The situation was that there was an inversion of priorities. The domain of individual judgment which had taken a secondary position in Moore's account was elevated by Keynes to the main philosophical tribunal. Rules were still respected as socially useful and necessary, but their validity in given circumstances was always open to revision by this higher tribunal"(O'Donnell 1989)".

O argumento ético de Keynes representa a afirmação de um pensamento, no sentido em que um indivíduo faz livremente o bem, seja o próprio ou o universal, mesmo sem ter conhecimento certo das consequências prováveis e mesmo sendo a sua actuação racional. Deste modo, limitou a possibilidade de atingir um determinado conhecimento certo, aumentando aquilo que designou por juízos intuitivos. Tais juízos, obviamente, podem ser ampliados a outras esferas que não apenas a ética, e são importantíssimos na formulação das leis psicológicas da Teoria Geral.

Keynes não acreditava que os objectivos sociais, políticos e administrativos fossem bons em si próprios, nem que fossem necessariamente bons como meios, nem que, inclusivamente, sendo bons como meios, fosse obrigatório persegui-los mesmo pelo próprio bem. Mas acreditava que tinham um valor, em relação ao qual o indivíduo tinha uma responsabilidade real e talvez prioritária em determinadas circunstâncias. As responsabilidades públicas eram responsabilidades do indivíduo, como cidadão, logo, eram responsabilidades em relação ao universo.

Num ensaio retrospectivo de 1938 intitulado "My Early Belief", Keynes explica as raízes condicionantes das suas primeiras convicções éticas e relembra o relevo e a importância das crenças autênticas que, ao serem descobertas, permitem racionalizar a conexão entre crenças e actos, explicando intelectualmente os actos numa perspectiva compatível com essas crenças¹.

¹ Este ensaio de Keynes é uma re-exposição dos «Principia Ética» e do impacto que este livro produziu no seu círculo de amigos. O ponto de referência de Keynes resulta principalmente das suas discussões nos círculos de Cambridge dos Principia Ethica do professor G.E. Moore, numa época de procura das respostas que surgiam de uma certa orfandade, de um cepticismo pessimista sobre as crenças predominantes e imperantes nos

Keynes rememora com nostalgia a filosofia de Moore por esta fornecer os rudimentos de uma teoria ética verdadeira, isto é, dos valores que deixassem um grau de liberdade, de modo a que as obrigações morais não fossem fins estimados úteis pela sociedade, sem que o fossem antes e principalmente pelos indivíduos. Uma adesão a estes fundamentos implicou, na prática, questionar a moral vitoriana que tinha dominado e orientado as gerações anteriores. Segundo Keynes, Moore não tinha resolvido o problema de como relacionar os fins com os aspectos da vida prática, ou, dito de outro modo, a maneira de harmonizar as esferas públicas e privadas, embora Keynes tivesse assimilado a filosofia ética de Moore, como afirma, “We accepted Moore's religion, so to speak, and discarded his moral. Indeed, in our opinion, one of the greatest advantages of his religion, was that it made morals unnecessary - meaning by 'religion' one's attitude toward oneself and the ultimate and by 'morals' one's attitude toward the outside world and the intermediate” (Keynes 1938, p.436).

Este ensaio de Keynes é uma re-exposição dos «Principia Ética» e do impacto que este livro produzira no seu círculo de amigos. O ponto de referência de Keynes resulta principalmente das suas discussões nos círculos de Cambridge dos Principia Ethica do professor G.E. Moore, numa época de procura das respostas que surgiam de uma certa orfandade, de um cepticismo pessimista sobre as crenças predominantes e imperantes nos meios sociais e académicos. Os Principia Ethica de Moore eram o produto de uma época, de um lugar e de uma personalidade. Moore herdou os problemas que tinham originado o projecto de Sidgwick e procurou reparar os fracassos deste; os problemas de um universo sem Deus caminhando para o caos, ou a inadequação do Utilitarismo Hedonista, ou a procura insatisfeita de uma filosofia em que se atenua o peso da moralidade convencional. Esse ensaio foi publicado postumamente pelo seu amigo David Garnett e está incluído nas CWJMK, vol. X. (Keynes, 1938).

O problema da atitude moral seria, então, o de explicar a relação com o mundo exterior. Keynes aceita a religião de Moore e segue os seus

meios sociais e académicos. Os Principia Ethica de Moore eram o produto de uma época, de um lugar e de uma personalidade. Moore herdou os problemas que tinham originado o projecto de Sidgwick e procurou reparar os fracassos deste; os problemas de um universo sem Deus caminhando para o caos, ou a inadequação do Utilitarismo Hedonista, ou a procura insatisfeita de uma filosofia em que se atenua o peso da moralidade convencional. Esse ensaio foi publicado postumamente pelo seu amigo David Garnett e está incluído nas CWJMK, vol. X. J.M. Keynes (1938), *My Early Beliefs*, CWJMK, The Mac Millan Press Ltd, London vol..X, p.436.

princípios fundamentais: “Nothing mattered except states of mind, our own and other peoples of course, but chiefly our own. These states of mind were not associated with action or achievement or with consequences. They consisted in timeless, passionate state of contemplation and communion, largely unattached to ‘before’ and ‘after’. Their value depended, in accordance with the principle of organic unity, on the state of affairs as a whole which could not be usefully analyzed into part....” Our religion closely followed the English puritan tradition of being chiefly concerned with the salvation of our own souls. The divine resided within a closed circle. There was not a very intimate connection between ‘being good’ and ‘doing good’; and we had a feeling that there was some risk that in practice the latter might interfere with the former. But religion proper, as distinct from modern ‘social service’ pseudo-religions, have always been of that character; and perhaps it was sufficient offset that our religion was altogether unworldly- with wealth, power, popularity or success it had no concern whatever, they were thoroughly despised. (Keynes 1938, p. 436).

Keynes critica Bentham como sendo o corolário da não-aceitação da moral proposta por Moore, pois esta resultava de um compromisso entre o que ele denominava cálculo benthamita e as regras gerais da conduta correcta. Essa moralidade continha um duplo erro, baseava-se no cálculo probabilístico e em regras.

Keynes descobre, no acto de recusar o cálculo benthamita, a forma mediante a qual escapou a uma das causas do desmoronar da civilização moderna que foi responsável pela sua decadência moral, e uma forma de repudiar a sobreestimação do critério económico. O cristianismo representa a tradição, a convenção que era vista por Keynes como um adversário filosófico. Mas a rejeição de Bentham teve, segundo Keynes, uma subsequente qualidade: foi uma vacina contra outros tipos de benthamismo, nomeadamente o marxismo, pois isso levou-os a enveredar pelo caminho crítico, embora reconheça que “We have completely failed, indeed, to provide a substitute for these economic bogus-faiths capable of protecting or satisfying our successors” .(Keynes 1938, p. 436).

Mas essa jovem irreverência condicionou a ruptura constante com a tradição, as convenções e a sabedoria escolástica, “We repudiate entirely customary morals, conventions and traditional wisdom. We were, that is to say, in the strict sense of the term, immoralist. The consequences of being found out had, of course, to be considered for what they were worth. But we recognized no moral obligation on us, no inner sanction, to conform or to obey. Before heaven we claimed to be

our own judge in our own case (Keynes 1938, p. 436). O que estava em causa para Keynes eram, justamente, os valores fundados numa ética baseada no *rational self-interest*, que explicitava a visão de que a natureza humana é razoável. O *self-interest*, do modo pressuposto, era absolutamente racional de tal modo que os sistemas egoísticos e altruístas poderiam contribuir para os mesmos propósitos. (Keynes 1938, p. 447). Keynes afirma, "In short, we repudiate all versions of the doctrine of original sin, of there being insane and irrational springs of wickedness in most men. We were not aware that civilization was a thin and precarious crust erected by personality and the will of a very few, and only maintained by rules and conventions skillfully put across and guilefully preserved. We had not respect for traditional wisdom or the restraints of custom. We lacked reverence.." (Keynes 1938, p. 436).

Assim, Keynes observa que essa pseudoracionalidade na visão do ser humano conduz à superficialidade, não apenas da capacidade de juízo, como também nos sentimentos. Excluem-se todas as categorias que podem ser definidas como *valuable emotion*. Por isso a atribuição de racionalidade ao ser humano, em vez de o enriquecer, acabou por empobrecê-lo, "(...) it ignored certain powerful and valuable spring of feeling. Some of the spontaneous, irrational outbursts of human nature can have a sort of value from which our schematism was cut off" (Keynes 1938, p. 447).

O distanciamento face à moral, que implicava renunciar a obedecer a regras estipuladas fora da própria aceitação e julgar cada caso pelos seus méritos, permite estipular o princípio da liberdade de consciência por um lado, e, por outro, reformular o utilitarismo clássico num utilitarismo ideal, o que se concretiza na noção de Keynes de ter sempre a possibilidade de ser a excepção à regra, e, portanto, de não obedecer a ela, sendo as consequências dos actos julgadas pelos próprios, " (...) we were ..who believed in a continuing moral progress". (Keynes 1938, p. 447).

Keynes referencia, como decisiva para a sua consagração ao estudo da teoria das probabilidades, esta preocupação com os problemas éticos, os quais viriam a conferir uma chave ao problema teórico do cálculo dos actos de conduta humana, a questão colocada por Moore e incompreensivelmente deixada sem solução..., "The large part played by considerations of justification of probability in his theory of right conduct was, indeed, an important contributory cause of my spending all the leisure of many years on the study of that subject"..a discussão que Keynes voltou a propor em 1938, embora com uma estatura intelectual diferente da dos seus tempos de Cambridge, foi: " (...) an *a priori* view of what human nature is like". (Keynes 1938, p. 445).

A posição de Keynes pretendia ser a posição dos últimos utopistas: “ (...) or meliorist as they are sometimes called, who believe in a continuing moral progress by virtue of which the human race already exists of reliable, rational, decent people, influenced by truth and objective standard, who can be safely released from the outward restraints of convention and traditional standards and inflexible rules of conduct, and left, from now onwards, to their own sensible devices, pure motives and reliable intuitions of the good”. (Keynes 1938, p. 447-448).

Sem dúvida que a contribuição de Moore é uma referência para a formação de Keynes no plano ético. Mas, na construção do seu pensamento ético, Keynes procura emancipar-se de Moore mediante a crítica, sobretudo a crítica à ineficácia da solução mooriana do problema do relacionamento entre as esferas privada e pública. À exigência de um comportamento provável baseado num conhecimento calculável dos motivos humanos, Keynes opõe a possibilidade de elaborar juízos intuitivos baseados em crenças e não numa probabilidade experimentada, o que significava sobretudo realçar a liberdade do indivíduo e a possibilidade de estender as regras a uma área que colidia com a moral estabelecida.

Para Keynes o recurso a credos tinha a virtude de estabelecer princípios e valores arraigados na tradição e no costume que contribuíssem para o ideal ético. Conseguir bons estados mentais e procurar conseguir uma sociedade feliz era um objectivo do indivíduo, mas Keynes era cauto na expectativa de conseguir esses bons estados mentais em grande escala, assim como era audacioso na sua estimativa da magnitude e utilidade ou felicidade que um governo pode conseguir. Deste modo, Keynes reforça a importância conferida às crenças autênticas como atributo do seu valor ético.

Na pesquisa dos fundamentos éticos da conduta humana, Keynes rejeitou o cálculo benthamita. Por um lado, procurou acautelá-lo contra uma sobrevalorização do critério económico, e por outro, procurou fundamentar a convicção de que não era correcto considerá-lo como o único critério de valorização das consequências dos actos humanos. Nesse sentido, reconheceu a falta de uma proposta alternativa ao benthamismo do ponto de vista teórico- económico.

Como consequência das suas ideias no domínio ético, Keynes estuda uma base para o cálculo provável da conduta humana. A teoria das probabilidades fornece a Keynes uma lógica da acção, que capacita a decidir qual dos objectivos possíveis dos nossos actos resultam mais adequados nas circunstâncias existentes. Isto é sumamente relevante

para o seu ponto de vista sobre a conexão que existe entre os fins éticos e não-éticos.

Podemos dizer que a existência do ideal ético pressupunha para Keynes que o indivíduo existe antes da sociedade, sendo o único modo de garantir a sua liberdade e a capacidade crítica face à influência das normas e das virtudes na sua vigência institucional e temporal. O ideal ético keynesiano procurava o bem intrínseco como expressão da igualdade das oportunidades para os indivíduos, e não a delegação do bem num espírito universal que dilui o propósito de melhorar a vida humana, apenas e preferencialmente atingíveis pelos indivíduos, para os indivíduos. Keynes acreditava no progresso moral contínuo dos indivíduos como parte integrante do crescimento da civilização humana, mas acreditava não impondo propósitos finais para a sociedade, mas procurando os meios adequados a fim de que cada indivíduo melhorasse a sua própria existência.

A filosofia e o pensamento político liberal: a equação individualismo e sociedade

Keynes sugere, num plano abstracto, que na ética prática ou filosofia da razão prática englobar-se-iam a teoria e métodos da política. A teoria política não poderia estabelecer verdades sobre os fins últimos, pelo que a política proporcionaria apenas verdades sobre os meios. Por isso para Keynes não existiriam fins políticos, nem formas ideais de governo, nem princípios políticos válidos ou verdades abstractas universais independentemente das circunstâncias. A noção de direito natural era negada por Keynes, como escreve O'Donnel: "The qualities such right sought to protect might be good in an instrumental sense, but the right could be legitimacy infringed if they interfered with the attainment of greater intrinsic good. O'Donnel 1989).

A política é a aplicação da teoria ética às questões da prática, um *branch* da razão prática, prestando atenção às determinações do curso das acções mais racionais em dadas circunstâncias. Segundo Keynes a atenção principal vai para a previsão das razões da acção, e não para a análise do poder, nem para os conflitos das classes sociais, nem para as estruturas políticas e institucionais. Assim, Keynes apela constantemente à razão, como a força mais importante da política no longo prazo, que tem como corolário a acção persuasiva, seja do indivíduo relativamente ao poder e às ideias do poder, seja dos governos relativamente aos agentes políticos, sociais e económicos.

Keynes entende a política como ciência e arte do governo, no sentido em que estes são meios. Uma característica fundamental da abordagem keynesiana às questões políticas e à estruturação do discurso teórico-analítico é o facto de considerar o ético e o económico como dois vectores que organizam esse discurso, representando a relação fim-meio. O vector económico discutido em termos de técnica, presta atenção às questões da eficiência em conseguir determinados objectivos económicos, enquanto que o vector ético discute, em termos de moralidade, psicologia, religião ou credo, os valores e o bem intrínseco.

Mas, do mesmo modo que Moore foi uma referência no terreno ético, Keynes teve no terreno da política um pensador favorito para o estudo dos problemas da ciência política. Num ensaio da sua época universitária, Keynes escreveu um opúsculo intitulado "As Doutrinas Políticas de Edmund Burke". Este é um dos seus estudos mais profundos sobre ciência política, onde Burke surge como um dos maiores pensadores dos problemas da teoria e dos métodos da política, o único ao qual Keynes de modo explicito reconheceu tal mérito.

Burke não acreditava demasiado nos objectivos bons em si mesmos. O seu objectivo era a felicidade do povo e a ciência política só tinha valor na medida em que ajudava à prossecução desse fim. A ciência política era uma doutrina dos meios através dos quais se procurava atingir o fim único e último do Governo, entendido de várias formas: como a felicidade geral, uma extensa disseminação do bem-estar, a promoção geral e a equidade, etc. A opinião de Keynes sobre a teoria política de Burke sintetiza-se nesta passagem elucidativa: "Os gostos e emoções, os bons sentimentos e os juízos correctos, são coisas que os governos dificilmente podem estimular e desenvolver directamente sobre a base de qualquer esquema ou teoria. O bem-estar físico e material e a liberdade intelectual estão entre os meios essenciais para conseguir aquelas coisas e são também meios para conseguir a felicidade; o governo que se fixa como objectivo a felicidade dos governados servirá um bom propósito, seja qual for a teoria ética que lhe sirva de inspiração, (Skidelsky1988, p. 161-165)².

Keynes admirava em Burke a posição flexível relativamente ao *laissez-faire*, às funções do governo, e sobretudo, a sua posição no que se refere ao facto de o governo dever integrar pessoas de competência e carácter, que assegurariam a eficácia da máquina estatal, com capacidade e integridade, na base de hierarquias e desenvolvimentos orgânicos.

² As referências ao artigo de Keynes são retiradas da obra de Skidelsky, que teve acesso exclusivo, na época, aos Keynes Box da Marshall Library in Cambridge, artigo que não foi até agora publicado.

Aceitava deste que os indivíduos não devem autogovernar-se, embora não acreditasse na noção elitista de classe representativa, categoria defendida por Burke que indicava a necessidade da governação ser constituída por representantes escolhidos por mérito e não em eleições. Keynes defendia os benefícios da democracia.

A opinião de Keynes sobre a democracia, embora reflectindo a época em que vivia, superava a noção elitista de Burke, constituindo um referencial importante para o desenvolvimento dos conceitos de política económica defendida posteriormente, sobretudo quanto ao papel do governo em matéria de acção correctora dos desequilíbrios e de justiça social.

Segundo Keynes, para que a democracia possa ser perdurável e eficaz, 'o poder da riqueza' deveria ser corrigido pelo interesse mais geral da civilização, e um novo equilíbrio social das classes deveria ter lugar, embora não negue a necessidade da eficácia do governo, nem a necessidade de exigir carácter e integridade aos políticos. Keynes eleva a eficácia como a contribuição política mais importante em oposição aos direitos abstractos, indistintamente reivindicados por revolucionários ou contra-revolucionários, a democracia espera ainda o seu juízo, mas até agora não merece condenação; é verdade que ainda não operou com todo o seu vigor, e isso por duas razões: uma de efeitos mais o menos permanentes, e outra de natureza transitória. Em primeiro lugar, e qualquer que seja a representação numérica da riqueza, o seu poder é sempre muito maior; segundo, a deficiente organização das classes em ascensão política, que tem impedido qualquer modificação importante do equilíbrio de poderes existente".

Um último aspecto da filosofia política de Burke que chamou a atenção de Keynes foi o carácter gradualista e a defesa do presente nas suas proposições. Um corolário desta atitude residia na recusa em aceitar o presente negativo em troca de benefícios futuros promissores. Burke, decia o Keynes, não pensa que a raça humana avance a sangue e fogo, em direcção a um fim eminente e glorioso a conseguir num futuro longínquo; para ele, não existe um milénio político que espera e que se deva promover com o esforço e o sacrifício presente, o poder de previsão é tão diminuto, que poucas vezes resulta prudente em razão de uma vantagem futura duradoura e poucas vezes será correcto sacrificar o bem-estar de um povo durante uma geração, levar a infelicidade a uma comunidade inteira ou destruir uma instituição benéfica, em razão de um pressuposto mirífico a desfrutar num futuro comparativamente remoto. Keynes partilha a opinião de Burke de que a governo não deveria introduzir " present evil for the sake of future benefits". A observância deste princípio permitia a

Keynes criticar 'a verdade inquestionável' para os governos da época - de que para diminuir os custos nominais face a uma diminuição dos preços-, a solução era o aumento do desemprego a fim de disciplinar os trabalhadores. O mesmo poderia ser dito sobre a inflação, no que Keynes estava de acordo, o problema da época era a deflação e não a inflação. O 'Donnell escreve citando Keynes" Our power of prediction is so slight, our knowledge of remote consequences so uncertain, that it is seldom wise to sacrifice a present benefit for a doubtful advantage in the future. Burke ever held, and held rightly, that it can seldom be right to sacrifice the well-being of a nation for a generation, to plunge whole communities in distress, or to destroy a beneficent institution for the sake of a supposed millennium in the comparatively remote future. We can never know enough to make the chance worth taking and the fact that a cataclysms in the past have sometimes inaugurated lasting benefits is no argument for cataclysms in general. These fellows, say Burke, have gloried in making a Revolution, as if Revolutions were good things in themselves" (O'Donnel 1989, p. 9).

Nunca poderemos ter conhecimentos de tal modo suficientes que valha a pena assumir esse risco refere Keynes; ou que, o facto de em algumas situações passadas, os cataclismos terem sido prelúdios de situações favoráveis prolongadas não constitui um argumento geral a favor dos cataclismos. O dever essencial dos governos e dos políticos é garantir o bem estar presente da comunidade e não aceitar riscos em razão dos benefícios futuros, para além do risco implicado em qualquer forma violenta de progresso, existe a consideração adicional, na qual frequentemente não se insiste como deveria; não basta que a situação que desejamos promover seja melhor que a precedente, deve ser melhor num grau suficiente a fim de compensar os danos da transição.

A evolução das ideias liberais de J.M. Keynes manifesta-se em continuidade e em ruptura com certas crenças e pressupostos doutrinários da teoria clássica liberal, embora o próprio se declarasse como liberal. Nessa qualidade, distinguiu entre um liberal verdadeiro e um liberal real (Keynes 1934)

Keynes demonstrara na sua colaboração política com Lloyd George que as suas ideias liberais não eram ortodoxas. A essência do seu liberalismo estaria em adequar-se às circunstâncias cambiantes, adaptando o seu programa ao mundo real a fim de superar o desastrosos problema da instabilidade e do desemprego. Keynes julgava-se representativo dessa categoria de liberal real, por presumir ter encontrado a resposta ao problema que afligia o capitalismo, não apenas por não pôr em questão o postulado da iniciativa privada, como por ser o único modo de

continuar a acreditar e defender um sistema que representava o ideal de liberdade.

A ameaça do sistema, obrigaria a algumas reconsiderações nas "*old theories*", impondo uma reflexão sobre as tarefas do governo e a relação estado-individualismo humano. Assim escreve Keynes, justamente revelando a mudança face a outras opiniões anteriores: "Whilst, therefore, the enlargement of the functions of government, involved in the task of adjusting to one another the propensity to consume and the inducement to invest, would seem to a nineteenth-century publicist or to a contemporary American financier to be a terrific encroachment on individualism, I defend it, on the contrary, both as the only practicable means of avoiding the destruction of the existing economic forms in their entirety and as the condition of the successful functioning of individual initiative" (Keynes 1936, p. 378).

A visão doutrinária de Keynes, pondo ênfase na necessidade de uma 'política interventora', não era tomada de ânimo leve relativamente ao dano que uma excessiva intervenção do estado provocaria na economia e na sociedade civil em geral. Em 1944, escreve a Hayek: "You will not expect me to accept quite all the economic dicta in it. But morally and philosophically I find myself in agreement with virtually the whole of it; and not only in agreement with it, but in a deeply moved agreement". Keynes alude ao livro de Hayek escrito em 1944 *The Road to Serfdom* "The voyage has given me the chance to read your book properly. In my opinion it is a grand book. We all have the greatest reason to be grateful to you for saying so well what needs so much to be said.. It is true that you and I would probably draw it in different places. I should guess that according to my ideas you greatly under-estimate the practicability of the middle course. But as soon as you admit that the extreme is not possible, and that a line has to be drawn, you are, on your own argument, done for, since you are trying to persuade us that so soon as one moves an inch in the planned direction you are necessary launched on the slippery path which will lead you in the course over the precipice...I should therefore conclude your theme rather differently. I should say that what we want is not no, or even less planning, indeed I should say that we almost want more. But the planning should take place in a community in which as many people as possible, both leaders and followers, wholly share your own moral position. Moderate planning will be safe if those carrying it out are rightly orientated in their own minds and heart to the moral issue. This the fact already true of some of them. But the curse is that there is also an important section who could almost be said to want planning not in order to enjoy its fruits but because morally they hold

ideas exactly the opposite of yours, and wish to serve not God but the devil. What we need therefore, in my opinion, is not a change in our economic programmes, which would only lead in practice to dilution with the results of your philosophy; but perhaps even the contrary, namely, an enlargement of them. Your greatest danger ahead is the probable practical failure of application of your philosophy in the U.S. in a fairly extreme form. No, what need is the restoration of right moral thinking- a return to proper moral values in our social philosophy. If only you could turn your crusade in that direction you would not look or feel quite so much like Don Quixote. I accuse you of perhaps confusing a little bit the moral and the material issues. Dangerous act can be done safely in a community which thinks and feels rightly, which would be the way to the hell if they were executed by those who think and feel wrongly. (Keynes 1944, pp. 385 e seg.)

Keynes expressa o seu "*deeply moved agreement*" com Hayek, na base das ideias filosófico-políticas comuns³, discutindo o lugar onde deveria ser traçada a separação entre Agenda e não-Agenda do Estado, como deveria ser estabelecida a relação Estado-indivíduo, como deveriam ser garantidos os direitos e deveres do cidadão. Keynes distancia-se de Hayek pelas mesmas razões que nos anos vinte criticou o Tesouro e a ortodoxia: "The line of argument you yourself take depends on the very doubtful assumption that planning is not more efficient. Quite likely from the purely economic point of view it is efficient. That is why I say that even if the extreme planners can claim their technique to be the more efficient, nevertheless technical advancement even in a less planned community is so considerable that we do not today require the superfluous sacrifice of liberties which they themselves would admit to have some value. I come finally to what is really my only serious criticism of the book. You admit here and there that is a question of knowing where to draw the line. You agree that the line has to be

³ A grande diferença entre Keynes e Hayek presumivelmente está nas possibilidades morais do seu tempo. Isto reflecte-se nas categoria de investimento e poupança e portanto da sua relação com a determinação da taxa de juro e influência que esta tem sobre o ciclo do crédito. Hayek vivia no longo prazo, onde o crescimento económico era assegurado pela poupança e a renúncia ao consumo, recriminando Keynes o uso indevido de instrumentos de curto prazo, a política do desesperado. A categoria poupança era uma categoria moralmente aceite por Hayek se ela significa-se precisamente investimento para o futuro; qualquer forma de poupança forçada, ou de investimento financiado deficitariamente ou por maiores impostos era moralmente condenado por Hayek. Isto implica que apenas os indivíduos são moralmente capazes de tomar decisões correctas sem prejudicar o bem comum. A obra posterior de Hayek vem demonstrar a absoluta descrença deste em qualquer obra colectiva, porquanto moralmente inferior. Veja-se António Argandoña Rámiz, " La polémica entre Keynes y Hayek: algunas consideraciones de interés para los debates de los años ochenta", in Rafael Rubio de Urquia (ed.) *La herencia de Keynes*, Alianza Universidad, 1988, pp. 235-267.

drawn somewhere, and the logical extreme is not possible. But you give us no guidance whatever as to where to draw it. In a sense this is shirking the practical issues. (Keynes 1944, pp. 385 e seg.).

A utopia do individualismo doutrinário tem por base o processo histórico da procura de fundamentos para entender a conduta humana de um modo mais tolerante. Essa doutrina fornece um fundamento intelectual satisfatório para legitimar os direitos de propriedade e a liberdade, mas vacila face à necessidade de segurança colectiva e de reequilíbrio social. Keynes não acreditava em determinados preceitos dessa filosofia liberal ortodoxa, como atesta esta passagem elucidativa: “(...) it is not true that individuals possess a prescriptive ‘natural liberty’ in their economic activities...The world is not governed from above that private and social interest always coincide. It is not so managed here below that in practice they coincide. It is not a correct deduction from principles of economics that enlightened self-interest always operates in public interest. Nor is true that self-interest is generally enlightened; Experience does show that individuals, when they make up social unit, are always less clear-sighted than when they act separately” (Keynes 1934, pp. 287-288).

Keynes propõe, seguindo Burke, basear-se em fundamentos concretos, e não supor como Bentham, que a interferência é ‘geralmente desnecessária’ ou ‘perniciosa’. Keynes pensa numa primeira fase que o Estado deveria intervir para elevar a probabilidade do conhecimento, diminuindo a incerteza sobre o futuro, aumentando o estado da confiança face aos cálculos sobre o futuro. O fim último da intervenção do Estado deveria ser melhorar a informação para uma melhor iniciativa dos empresários, aumentar a racionalidade do investimento, regular o investimento através dos corpos para-estatais, eliminar o desemprego e a formação de expectativas decepcionantes. Keynes proclama a necessidade de os economistas distinguirem entre Agenda e não- Agenda do governo, com a tarefa política complementar de imaginar, no quadro de uma democracia, as formas de governo que permitam realizar a Agenda. Daí que Keynes tivesse proposto curar a doença mortal do individualismo, propondo: “But, above all, individualism, if it can be purged of its defects and its abuses is the best safeguard of personal liberty in the sense that, compared with any other system, it greatly widens the field for the exercise of personal choice, and the loss of which is the greatest of all losses of the homogeneous or totalitarian state. For this variety preserves the traditions which embody the most secure and successful choices of former generations; it colours the present with the diversification of its fancy; and, being

the handmaid of experiment as well as of tradition and of fancy, it is the most powerful instrument to better the future" (Keynes 1938, p. 380).

Keynes propõe distinguir a Agenda da não-Agenda, e não supor que a interferência é 'geralmente desnecessária' ou 'geralmente perniciosa'. A Agenda do Estado deve incorporar aquelas actividades que os indivíduos não realizam, aquelas decisões que ninguém adopta se o Estado não actuar⁴. Propõe por isso a criação de corpos semi-autónomos entre o Estado e os indivíduos cujo critério de acção seja o bem público, excluindo as vantagens pessoais como motivo de acção. Esses corpos autónomos no interior do Estado. A preferência de Keynes vai muito mais para estas formas de organização e controle que as centralmente organizadas e na dependência de uma tutela ministerial. Na crítica ao 'socialismo doutrinário' Keynes partilha o engagement pelo altruísmo social, as experiências ousadas, a luta contra os milionários e a crítica ao *laissez faire*, crítica sobretudo a sua falta de percepção sobre os fenómenos, de ficarem na realidade do século anterior., devem estar sujeitos ao controlo do Parlamento. Deve resultar claro que Keynes partilha a visão que os indivíduos perseguem fins próprios, o que contesta é que daí advenham sempre benefícios colectivos. A sua proposta vai no sentido de uma mudança evolutiva da moral permitindo a existência e realização de fins motivados pelo interesse próprio.."until the ambit of men' s altruism grows wider", Entre estes corpos, Keynes inclui o Banco de Inglaterra, a Administração dos Portos, grandes sociedades anónimas ou de utilidade pública. Com a formação das grandes companhias, advém a separação entre a propriedade e a administração, pelo que as direcções das empresas seguem fins, onde a maximização do lucro adquire carácter secundário, interessando sobretudo o prestígio, reputação e estabilidade. Keynes propõe separar os serviços que são tecnicamente sociais dos que são tecnicamente individuais. Keynes recorre justamente a Burke para afirmar que: "(...) one of the finest problems in

4 Em verdade a terminologia de Agenda(onde o Estado deve actuar ou fenómenos desenvolvidos pela sociedade de forma natural) e non-Agenda(onde o estado não pode intervir) também foi utilizada por Bentham. Esta divisão dependia de cada pais e das circunstâncias de cada comunidade política. O próprio Stuart Mill utilizava essa terminologia com um realismo maior que Bentham, ele escreve: " En las circunstancias concretas de una época o un pais determinados, casi no hay nada verdaderamente importante para el interés general que no resulte deseable o incluso necesario que el Estado no acometa por sí mismo; no porque la iniciativa privada individual sea incapaz de hacerlo sino porque en la practica no lo hará. En algunas épocas y lugares no habrá caminos, diques puertos, canales, obras de riego, hospitales, escuelas, universidades, imprentas, si no los realiza el Estado, al ser la población demasiado pobre para allegar los recursos necesarios, o no lo bastante avanzada intelectualmente para apreciar los fines, o no lo suficientemente entrenada en la acción colectiva de reunir los medios", J. Stuart Mill, *Principles*, p. 978, citado por O' Brien in op. cit., p. 378.

legislation, namely to determinate what the State ought to take upon itself to direct...., and what it ought to leave, with as little interference as possible, to individual exertion” (Keynes 1938, p. 288)

Keynes pretendia uma utopia caracterizada pelo aumento do bem intrínseco. Esse objectivo último, onde a política e a economia eram meios para atingir tal fim, era a formação de uma sociedade racionalmente ética: “(...) the human race would consist of reliable, rational, decent people, influenced by truth and objective standard, who can be safely released from the outward restraints of convention and traditional standard and inflexible rules of conduct, and left, from now onwards, to their own sensible devices, pure motives and reliable intuitions of the good” (Keynes 1938).

Keynes não escreveu nenhuma ‘Utopia’, embora a sua sociedade ideal fosse aquela onde a beleza e o amor existiriam de forma variada; a pintura, a escultura, a música, as artes em geral deveriam florescer, as nações deveriam viver em paz e em cooperação; a moeda deveria perder a qualidade de meio de entesouramento que transformava as pessoas em *money lovers* e especuladores: “At any rate to me it seem clearer every day that the moral problem of our age is concerned with the love of money, with the habitual appeal to the money motive in nine-tenths of the activities of life, with the universal striving after individual economic security as the prime object endeavour, with the social approbation of money as the measure of constructive success, and with the social appeal to the hoarding instinct as the foundation of the necessity provision for the family and for the future”, (Keynes 1938, pp. 268-269). Quando Keynes sustém que a taxa de juro de longo prazo é um fenómeno convencional, pelo que o governo deveria manter uma taxa de juro que modifique a convenção está justamente apontando para uma alteração de longo prazo, que sirva no curto prazo para incentivar o investimento, mas também para que mediante a redistribuição da riqueza o túnel seja acessível a outros membros da sociedade. O obstáculo para tal política deriva mas das condições psicológicas e morais dos rentier que de uma clara teoria monetária do juro. Freud começou uma investigação científica sobre as raízes do amor ao dinheiro, afirmando que o amor ao dinheiro não fazia parte da natureza humana mas que constituía uma doença ou morbidade que poderia ser eliminada através de algum ideal. Keynes sustém de maneira sistemática que o amor ao dinheiro era um obstáculo à actividade empresarial produtiva e a acumulação de capital, chegando a propor na Teoria Geral a eutanásia do rentier, atacando o excesso de entesouramento, os rendimentos provenientes de actividade que não constituíam autentico sacrificio.

De um ponto de vista económico as precondições do bem implicariam uma disseminação do conforto material e da segurança económica, assim como do lazer. O amor e a beleza apenas poderiam ser gozados por aqueles que estivessem libertos da insegurança material. A geração das precondições requer a eficiência da produção, das práticas institucionais, o crescimento sustentável da população com uma tecnologia adequada, abundância de tempo e *output*, beleza natural, etc. Determinados valores seriam tolerados apenas como um meio para atingir o bem.... “avarice and usury and precaution must be our gods for a little longer still.... For only they can lead us out of the tunnel of economic necessity into daylight”. (Keynes 1938, p. 331).

Pelo que a transformação da sociedade supunha uma reforma das condutas dos indivíduos na sociedade: I think with dread of the readjustment of the habits and instincts of the ordinary man, bred into him for countless generations, which he may be asked to discard within a few decades..must we not expect a general `nervous breakdown`.. there is no country and no people, I think, who can look forward to the age of leisure and abundance without a dread. For we have been trained too long to strive and not to enjoy” (Keynes 1938, p. 331).

Embora para tal fosse necessário que o Estado, o bem comum, tivesse os seus deveres bem definidos. Nada disto resultaria do acaso, reservando à teoria e à prática económica um papel, ciente de que o problema económico era o instrumento para objectivos superiores da civilização humana. No prefácio ao `Essay in Persuasion` Keynes escreve: “(...) the day is not far off when the economic problem will take the back seat where it belongs, and that the arena of heart and head will be occupied, or reoccupied, by our real problems-the problems of life and of human relations, of creation and behavior and religion” (Keynes 1938, p. xviii). Para Keynes a política é ciência e arte. Enquanto ciência ela é a aplicação da teoria ética às questões da prática, é uma parte da razão prática. Enquanto arte ela é a experiência e sapiência dos homens justos. Esta distinção permite, sobretudo, uma percepção mais apurada das suas ideias de ética prática, aplicada à transformação da política numa doutrina dos meios da razão e nunca destinada a substituir a ética ou doutrina dos fins, para a qual os políticos não são os veículos mais apropriados.

O seu pensamento político concedeu prioridade aos objectivos imediatos sobre os futuros, que irão ter tanta influência na sua teoria do *output* de curto prazo, atitude reforçada pelo seu estudo sobre as probabilidades, onde a incerteza decorre da precariedade dos conhecimentos futuros, pelo que as acções racionais eram mais adequadas, atendendo às circunstâncias.

Burke contribui para que Keynes estabeleça uma clara linha de demarcação entre esfera privada e esfera pública, assim como da interacção dessas duas esferas prestando atenção às determinações do curso das acções mais racionais em dadas circunstâncias. Deste, aprende que, como o poder de previsão é tão diminuto, poucas vezes será prudente, face a uma vantagem futura duradoura, sacrificar o bem-estar de um povo durante uma geração, levar a infelicidade a uma comunidade inteira ou destruir uma instituição benéfica em razão de um pressuposto mirífico a desfrutar, num futuro comparativamente remoto. Nunca poderemos ter conhecimentos suficientes ao ponto de valer a pena assumir esse risco.

Para Keynes, o dever essencial dos governos e dos políticos é garantir o bem estar presente da comunidade e não aceitar riscos em função dos benefícios futuros. Para além do risco implicado em qualquer forma violenta de progresso, existe uma consideração adicional : não basta que a situação que desejamos promover seja melhor que a precedente, ela deve ser melhor num grau suficiente a fim de compensar os danos da transição, pelo que se recomenda a gradualidade nas mudanças. O dever do Estado era o alcance da felicidade no presente e não a promoção de um objectivo último, embora o segundo possa ser consequência indirecta do primeiro, tendo privilegiado os ajustamentos com o auxílio do Estado e não à espera de automatismos difusos e temporalmente extensos.

O regime de liberdade era a forma que melhor encarnava a construção do bem público, fomentando a segurança e a utilização adequada dos meios. Keynes considerava-se um liberal do tipo real, pertencente ao futuro, embora pretendesse ser reconhecido como o último dos utopistas, aspirando a um tipo de sociedade ideal onde imperassem a harmonia, a beleza, a paz. Qualquer cidadão que olhasse o mundo real e não apenas a Sagrada Escritura, saberia que não havia correspondência entre os desejos de liberdade e o mundo em desagregação política e depressão económica.

O conhecimento sobre as motivações que levaram este pensador a colocar como objectivo prioritário a estabilidade do capitalismo e o pleno emprego, assenta na necessidade de preservação de uma cultura que se encontrava abalada pela incapacidade de dar novos saltos civilizacionais, pela corrupção dos seus valores éticos e pela ineficácia na abordagem tradicional dos problemas políticos; por isso Keynes estava convencido de que o tempo era de mudança, mas não acreditava num regresso à ortodoxia doutrinária defendida pelos conservadores e pelos liberais como Hayek. A insistência nos velhos métodos da política conservava a pureza dos valores liberais, mas não assegurava no

tempo a liberdade e a segurança que as pessoas procuravam, era tempo de flectir rumo, de redefinir os comportamentos, as funções das instituições e dos indivíduos.

Os critérios da razão prática levam Keynes a afastar-se de um doutrinário individualista estreito, acima da sociedade e dos seus problemas. O melhor caminho era o que debelava a razão, até porque a democracia o exigia. Surgia uma Agenda para o Estado, que os cidadãos deviam vigiar mas não impedir.

Referencias

Argandoña, Rámiz António (1988). " La polémica entre Keynes y Hayek: algunas consideraciones de interés para los debates de los años ochenta", in Rafael Rubio de Urquía (ed.) *La herencia de Keynes*, Alianza Universidad.

Braithwaite, R. B. (1975). *Keynes as a Philosopher*, in *Milo Keynes*, in *Essays John Maynard Keynes*, Cambridge University Press.

Carabelli, A. (1988). *On Keynes's Method*, The MacMillan Press, LTD.

Chick, V. (1983). *La Macroeconomía según Keynes, Una revisión de la teoría general*, Alianza Editorial, Madrid.

Dostaler, Gilles (1989). "The debate between Hayek and Keynes", in William Barber(ed.), *Perspectives on the History of Economic*, Vol. VI *Themes in Keynesian Criticism and Supplementary Modern Topic*, Published for the History of Economics Society by Edward Elgar.

Keynes J.M. (1971-1983). *CWJMK*, vol. VII, *Collected Writings of J.M.Keynes*, Macmillan, Cambridge University Press.

Keynes J.M. (1971-1983). *CWJMK*, vol. VIII, *Collected Writings of J.M.Keynes*, Macmillan, Cambridge University Press.

Keynes J.M. (1971-1983). *CWJMK*, vol. X, *Collected Writings of J.M.Keynes*, Macmillan, Cambridge University Press.

Keynes J.M. (1971-1983). *CWJMK*, vol. XIII, *Collected Writings of J.M.Keynes*, Macmillan, Cambridge University Press.

Keynes J.M. (1971-1983). *CWJMK*, vol. XIV, *Collected Writings of J.M.Keynes*, Macmillan, Cambridge University Press.

Keynes J.M. (1971-1983). *CWJMK*, vol. XIX, *Collected Writings of J.M.Keynes*, Macmillan, Cambridge University Press.

-(1936). *The General Theory of Employment, Interest, and Money*, A Harvest/HBJ Book, New York and London, 1964.

-(1937). "The «Ex Ante Theory of the Rate of Interest", CWJMK , vol. XIV, pp. 215-223, Macmillan, Cambridge University Press, 1971-1983.

Lawson, T. e Pesaram, H. (1985). "Keynes' Economics Methodological Issues ", in Cambridge Economics Handbooks.

Croom Helm, London & Sydney, Meltzer A. (1988). Keynes' s Monetary Theory, Cambridge University Press.

-(1981) "Keynes' s General Theory: A Different Perspective", in John Cunningham Wood (ed.) John Maynard Keynes: Critical Assessments, Croom Helm, London & Camberra, 1983, Vol. 2, pp. 418-455.

-(1983). "Interpreting Keynes", Journal of Economic Literatur, Vol. XXI (March), pp.66-78.

O'Donnel. R. M. (1990). "Continuity in Keynes' s Conception of Probability", in D. Moggridge(ed.), Perspectives on the History of Economic Thought, vol. 4, Keynes Macroeconomics and Method, History of Economics Society, 1990,

-(1991). "Keynes: Philosophy, Economics and Politics" in Keynes' s Dichotomy: A Methodological Escape for a Theoretic Revolution, Methodus, Vol. 3, nº 2, 1991.

- (1989). Keynes: Philosophy, Economics and Politics, The MacMillan Press, LTD, 1989

Robinson, Austin (1975). "A personal View", in Milo Keynes, Essays on John Maynard Keynes, Cambridge University Press, 1975.

Vicarelli, Fausto (1985). " From Equilibrium to Probability: a Reinterpretation of the Method of the General Theory", in Fausto Vicarelli (ed.), Keynes' s Relevance Today, MacMillan, 1985.

- (1984). Keynes: The Instability of Capitalism, MacMillan Press, 1984.